

Laços de família: entre hierarquia e democracia

*Fernanda de Souza Borges**
*Tania Coelho dos Santos***

RESUMO

Nos anos 50, a família típica tradicional era a família hierárquica. Neste tipo de família, os papéis sexuais de homens e mulheres são bem definidos. O processo de modernização engendrou um novo tipo ideal de família: a “família igualitária”. Podemos verificar que nos dias de hoje, esse estado de tensão entre a tendência progressista que avança cada vez mais e a resistência conservadora que parece crescer igualmente muito mais do que permanece, radicaliza-se. Como explicar que essa tensão constante não tenha sido ultrapassada? O que é a família do ponto de vista da psicanálise?

Palavras-chave: FAMÍLIA IGUALITÁRIA; PSICANÁLISE; DEMOCRACIA

Family Ties: Between Hierarchy and Democracy

ABSTRACT

In the 1950s, the typical, traditional family was the hierarchical family. In this type of family, the sexual roles of men and women are well defined. The process of modernization has engendered a new ideal type of family: the "egalitarian family". We can see that nowadays, this state of tension between the progressive tendency, which is advancing more and more, and the conservative resistance, which also seems to be growing much more than it remains, is becoming more radical. How can we explain the fact that this constant tension has not been overcome? What is the family from the point of view of psychoanalysis?

Keywords: EGALITARIAN FAMILY; PSYCHOANALYSIS; DEMOCRACY

Lazos familiares: entre jerarquía y democracia

RESUMEN

En los años 50, la familia tradicional típica era la familia jerárquica. En este tipo de familia, los roles sexuales de hombres y mujeres están bien definidos. El proceso de modernización ha engendrado un nuevo tipo ideal de familia: la “familia igualitaria”. Hoy en día, podemos observar que este estado de tensión entre la tendencia progresista que avanza cada vez más y la resistencia conservadora que parece crecer igualmente, si no más, se radicaliza. ¿Cómo explicar que esta tensión constante no haya sido superada? ¿Qué es la familia desde el punto de vista del psicoanálisis?

Palabras clave: FAMILIA IGUALITARIA; PSICOANÁLISIS; DEMOCRACIA

* Doutoranda em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ (Rio de Janeiro/Brasil)
Membro do Instituto Sephora de Ensino e Pesquisa de Orientação Lacaniana/ ISEPOL (Rio de Janeiro, Brasil)

E-mail: feborges.psi@gmail.com

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-4628-3208>

** Psicanalista. Professora Visitante do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de São João del Rei / UFSJ (Minas Gerais, Brasil). Professora Associada IV Aposentada do Instituto de Psicologia Universidade Federal do Rio de Janeiro / UFRJ (Rio de Janeiro, Brasil). Pesquisadora Nível 1C do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq/Brasil).

Email: coelhosantostania@gmail.com

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-5360-7864>

No Brasil, os anos 50 foram marcados pelo processo acelerado de modernização do país. O lema do então presidente Juscelino Kubitschek é eloquente, “50 anos em 5”. Segundo Figueira (1986), o avanço da industrialização, a urbanização das cidades, assim como o crescente acesso das camadas médias a serviços e bens de consumo - especialmente automóveis e eletrodomésticos – promoveu mutações velozes nos hábitos da família brasileira.

Estudiosos da classe média brasileira (Salem, 1986; Figueira, 1986; Coelho dos Santos, 1986) constatarem que o processo de modernização social ensejou a modernização da família e da subjetividade, especialmente nos estratos médios. Concordam que a classe média foi a maior entusiasta do processo de modernização da vida social, pois foi a classe mais afetada pelas mudanças no estilo de vida. Apercebem-se, no entanto, de que as transformações subjetivas não têm o mesmo ritmo das transformações socioeconômicas, uma vez que, “no Brasil, a dimensão sociocultural (...) parece ser menos resistente à mudança do que a dimensão da subjetividade” (Figueira, 1986, p.13).

A psicanálise participou ativamente da mudança das mentalidades na sociedade brasileira. Coelho dos Santos (1986; 2001) demonstra que a psicanálise foi amplamente difundida no Brasil por meio de colunas de aconselhamento em revistas direcionadas ao público feminino nas décadas de 50 e 60. A autora demonstra que a difusão da psicanálise no Brasil encorajou a emancipação feminina, o pensamento crítico, a crença no diálogo, estimulou reformas no modelo tradicional de casamento e família, opondo-se à dupla moral sexual para homens e mulheres e promovendo o trabalho extradoméstico destas como vetor de emancipação da dependência econômica de pais e maridos. Inspirou a aposta na igualdade entre os sexos estimulando as mulheres a pensar com sua própria cabeça, buscarem brilho próprio, em nome do valor do “protagonismo”. Se, de um lado, os homens eram dominadores e legitimamente infiéis, as mulheres eram submissas, mas também sonsas e dissimuladas. A liberação sexual e o trabalho extradoméstico, deveria corrigir esses vícios e transformá-las em pessoas “autênticas”.

De acordo com Figueira (1986), teve início assim uma verdadeira revolução da família tradicional brasileira. Nos anos 50, a família típica, tradicional, era a família hierárquica. Neste tipo de família, os papéis sexuais de homens e mulheres são bem definidos. A diferença entre as gerações é claramente hierárquica: “adulto é diferente de criança” (p. 15). As identidades, por essa razão, eram posicionais e relativas ao sexo e à idade. O processo de modernização engendrou um novo tipo ideal de família: a “família igualitária”. Nela, homens e mulheres desempenham papéis mais homogêneos, menos definidos conforme o gênero. Também as relações entre pais e filhos tende à horizontalidade. Na psicanálise difundida na década de 60, “a democracia na relação entre os sexos – igualdade de direitos e obrigações – é explicitamente formulada como um ideal de saúde mental” (Coelho dos Santos, 2001, p.58). Carmem da Silva, psicanalista responsável pela coluna de aconselhamento intitulada, A Arte de ser mulher, foi muito crítica no que se refere à moral sexual tradicional. Como Coelho dos Santos (2001) evidenciou em sua pesquisa, a cultura psicanalítica que esta conselheira contribuiu muito para difundir advoga a modernização dos costumes.

A família igualitária inspira-se no ideal democrático do Estado moderno: “todo homem nasce livre e igual”. Ampara-se na aposta de que os vínculos igualitários são necessários à promoção de uma sociedade mais justa. O sucesso dessa visão de mundo sobre a classe média, no entanto, demonstrou-se relativo. Salem (1986) e Figueira (1986) ressaltam que em lugar da hegemonia absoluta do paradigma igualitário sobre o paradigma tradicional ou hierárquico, o que se apresenta no tecido social brasileiro, entre os anos 50 e 80, é um estado de tensão constante entre ambos. “No Brasil, o moderno convive com o arcaico” (Figueira, 1986, p.07).

Podemos verificar que, nos dias de hoje, esse estado de tensão entre a tendência progressista que avança cada vez mais, e a resistência conservadora que parece crescer igualmente muito mais que permanecer, radicaliza-se. Como explicar que essa tensão constante

não tenha sido ultrapassada? O conflito entre o velho e o novo não parece suficiente para justificá-lo. Porque no mundo todo a maioria das pessoas não abandonou as crenças relacionadas com a tradição, no que se refere às relações entre homens e mulheres e adultos com crianças. Porque ao homem se atribui ainda hoje, majoritariamente, o dever de prover e proteger a família e à mulher a responsabilidade pelo cuidado e pela educação das crianças. Como as fantasias inconscientes com origem nas diferenças anatômicas entre os sexos, resistem às transformações que retirariam delas seu valor de satisfação libidinal? Será que a diferença anatômica entre os sexos nos impede de rejeitar completamente nossa relação com a natureza? Não é essa diferença irreduzível escrita no corpo que impele a espécie humana a imitar os animais?

De acordo com Coelho dos Santos et al. (2021), vivenciamos na contemporaneidade um conflito de paradigmas entre os fundamentos da cultura judaico-cristã e a perpétua reinvenção dos costumes que avança desde a modernidade. A psicanálise como uma prática relativa à regulação e tratamento do gozo não está em consonância com o Direito como discurso que regula a distribuição do gozo no laço social. O debate sobre o que configura uma família e quais são seus deveres e direitos no laço social é relançado permanentemente diante do crescimento da diversidade sexual. Cresce a reivindicação pelo reconhecimento social e jurídico das reconfigurações familiares, para além das famílias adotivas e monoparentais, como no caso das formadas por casais homossexuais que desejam adotar ou ter filhos por meio da reprodução assistida. O discurso segundo o qual “todo homem nasce livre e igual” se impõe como premissa fundamental de todo laço social que se pretenda democrático. Longe de questionar o valor social do enunciado universalista e igualitário, pretendemos discutir se o sujeito responsável pelo seu inconsciente sobre o qual a psicanálise opera, é o mesmo sujeito do direito democrático, das ideologias progressistas pós-modernas.

A título de ilustração, recolhemos a fala de uma mãe típica da classe média brasileira que a despeito de ter adotado o paradigma moderno, se vê obrigada a colocar um limite na reivindicação igualitária: “*Já chega! Isto é uma família, não uma democracia!*” Esse ponto-limite designado aí pelo princípio implícito de que uma família não é uma democracia, revela a tensão entre o ideário igualitário/democrático e os princípios tradicionais da família fundada sobre a desigualdade dos papéis de gênero e pela diferença geracional. Os filhos não nascem livres e iguais. A diferença anatômica determina que só as mulheres possam engravidar, parir e amamentar. A anatomia, nesse sentido muito estrito, é um destino. Os papéis de gênero são passíveis, até certo ponto de serem permanentemente reconstruídos e negociados. Já os limites impostos pela natureza não se prestam facilmente a reconfigurações. A natureza definitivamente é menos plástica que a cultura.

A ciência moderna, o estado democrático de direito e a família



Viena, 1900

O que é a família do ponto de vista da psicanálise? É a mesma que o campo do direito democrático concebe? Nessa zona cinzenta entre o arcaico e o moderno, “a psicanálise é politicamente revolucionária ou conservadora? (...) É uma ciência, uma prática, uma ética, uma ideologia ou um discurso?” (Coelho dos Santos, 2017, p.05)

A origem da psicanálise tem suas condições de possibilidade num conjunto de transformações ocorridas no Ocidente após o advento da ciência moderna, no século XVII. A tese é de Lacan. O psicanalista francês afirma, em “A Ciência e a Verdade” (1966/1998c), que o sujeito sobre o qual operamos em psicanálise não pode ser outro senão o sujeito da ciência. Sinaliza, a partir desse axioma fundamental, a homologia entre sujeito da ciência e sujeito da psicanálise.

A cosmovisão medieval era, portanto, uma *Weltanschauung* (visão de mundo) religiosa. De acordo com Koyré (1991), Galileu propôs uma ferramenta inédita para abordar o real: a matematização. Declarou que o grande livro da Natureza está escrito em caracteres matemáticos.

Essa mutação introduzida no mundo por intermédio da física de Galileu fundou a ciência no sentido moderno (Lacan, 1966/1998c). A consolidação de uma ciência depende, segundo Koyré (1991), de sua correlação a um quadro filosófico que permite conectar questões ligadas à prática e à técnica a uma visão de mundo. Trata-se da emergência conjunta de transformações científicas e filosóficas. No domínio filosófico, o *Cogito* cartesiano é o correlato desse momento (Lopes, 2011). René Descartes, filósofo, físico e matemático francês, introduziu a dúvida metódica como via de acesso ao conhecimento que não engana. Colocou as certezas apoiadas na experiência sensível sob suspeita e aspirou a obter um conhecimento despojado de toda forma de ilusão. Encontrou como ponto de basta uma única certeza: *penso, logo sou*. Definiu assim, o sujeito como *res cogitans*, coisa pensante (Ferreira & Alberti, 2013). Tanto Descartes como Galileu, para alcançar o conhecimento almejado, foram obrigados a suprimir a noção de qualidade, declarada uma propriedade subjetiva (Motta, 2006).

A ciência moderna propõe um sujeito sem qualidades, ou seja, “o pensamento puro e sem mistura” (Koyré, 1991, p.193). O projeto cartesiano visa alcançar o sujeito despojado de qualquer humanismo, ilusão ou crença: “o sujeito que vai ser assim jogado no mundo não tem sexo, idade, nome, religião ou nacionalidade” (Gault, 2015, p.159).

Tais transformações operadas nas mentalidades após a introdução do pensamento científico e o conseqüente rebaixamento da episteme religiosa, traduziram-se no campo dos regimes políticos da modernidade. O ideário iluminista do século XVIII inspirou o surgimento de teorias que embasaram o direito moderno no Ocidente. Coelho dos Santos (2001, 2008) esclarece que, na organização social medieval, o Rei era o representante soberano de Deus na Terra, considerado a encarnação de Deus. Estava, portanto, imbuído da autoridade divina e o poder do Estado era correlato ao poder da Igreja. Deus vivia entre nós. A Revolução Francesa (1789) representou o passo fundamental que solapou o Antigo Regime absolutista para ver raiar o projeto de uma sociedade baseada nos princípios da liberdade, igualdade e fraternidade.

Resulta da Revolução Francesa a “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão” (1789), documento inspirado na Revolução Inglesa (1688), na Revolução Americana (1776) e na Declaração de Independência dos EUA (1776). Orientada para “a felicidade de todos”, a DDHC estabelece como princípio primeiro que “os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos” (1789). Esse documento inaugura a Era dos direitos democráticos no Ocidente, inspirando movimentos revolucionários por toda a Europa além das guerras por independência das colônias no século XIX. A modernidade substituiu, portanto, os laços hierarquizados, típicos dos regimes monárquicos e feudais, pelo laço entre indivíduos livres e iguais (Coelho dos Santos, 2001).

Após o exposto, podemos igualar o sujeito racional e sem qualidades da ciência com o sujeito da ficção jurídica moderna que nasce livre e igual (Coelho dos Santos, 2001; 2006;

2008). Ao excluir do mundo o mito, a ilusão e a crença, a ciência almejou produzir o homem de ciência. O homem de ciência, entretanto, não existe, apenas seu sujeito (Lacan, 1966/1998c). Poderíamos imaginar que o advento da ciência daria lugar ao sujeito científico, desempossado de toda e qualquer ilusão, capaz de conduzir sua vida sob critérios estritamente razoáveis em conformidade com a realidade concreta dos fatos naturais. Em seu lugar, Freud revelou que Deus não foi expulso do mundo, mas apenas recalcado:

Pois a verdadeira fórmula do ateísmo não é que Deus está morto – mesmo fundando a origem da função do pai em seu assassinio, Freud protege o pai – a verdadeira fórmula do ateísmo é que Deus é inconsciente (Lacan (1964/2008, p. 64 [grifo do autor]).

A despeito do corte promovido pelo nascimento da ciência moderna, Freud recolheu os resíduos da velha ordem nas formações do inconsciente, verdade mítica excluída pela episteme científica. Ao mesmo tempo que a razão científica e democrática almeja um sujeito racional, livre e igual, sem qualidades, o saber do inconsciente “se impõe à ciência como um fato” (Lacan, 1969-1970/1992, p.96). A ciência não apenas não pode eliminar o sujeito da fé, da crença e da ilusão com acaba por reforçá-lo: “se a ciência exclui o mito, por outro lado faz proliferar o campo inesgotável da fantasia, da neurose e do inconsciente” (Coelho dos Santos, 2001, p.198). A fé não é eliminável pela razão, apenas recalcada.

O criador da psicanálise revelou, portanto, que a realidade psíquica inconsciente consiste num resto pré-científico impossível de erradicar em virtude do desamparo estrutural, realidade traumática que assola a todos e que orienta a busca de alívio ao engajar o sujeito na crença religiosa ou paterna (Freud, 1927). Tudo o que diz respeito ao desejo inconsciente se configura como obstáculo epistemológico às aspirações científicas (sujeito racional e sem qualidades) e igualitárias (todo homem nasce livre e igual) da modernidade.

A liberdade não é um tema de que se ocupam os psicanalistas. Em primeiro lugar, porque não acreditam (quando são psicanalistas de verdade) que todo homem nasce livre e igual. O homem nasce pequeno, desamparado e dependente do outro que o deseja ou não. É sintoma de um homem e de uma mulher, e padece das marcas dessa relação primordial ao desejo de seus pais para constituir-se como um corpo pulsional. Não é livre nem em relação ao que lhe é inconsciente, nem em relação às fixações de gozo pulsional que orientam sua busca, seja no campo do desejo, seja no campo da satisfação (Coelho dos Santos, 2017, pp. 18-19).

A família está viva!

A modernidade testemunha assim, um paradoxo: “cortou a cabeça do rei, banuiu as antigas hierarquias feudais, mas manteve viva a família” (Coelho dos Santos, 2001, p.262). A família restará como *locus* mínimo de uma organização outrora dominante na cena social. Com a substituição do laço feudal pelo laço democrático entre sujeitos livre e iguais, “os laços hierárquicos, de direito, ficarão confinados ao âmbito da família. A diferença entre os sexos e as gerações organiza o laço de família e se torna um enclave da velha ordem” (Coelho dos Santos, 2001, p.199).

Coelho dos Santos (2001, 2006, 2019) defende a tese de que os movimentos de maio de 68 representam um ponto de inflexão entre modernidade e pós-modernidade. A pós-modernidade corresponde, segundo a autora, à revolução dos costumes que teve início na década de 50 e que culminou na grande explosão dos movimentos de maio de 68, protagonizados pelo espírito rebelde de uma juventude angustiada inspirada na Revolução Francesa e que reivindicava solapar a velha ordem.

Atento aos desdobramentos de maio de 68, Lacan sinaliza em *Nota sobre a criança* (1969/2003), que, a despeito do avanço das utopias igualitárias, a família conjugal permanece como resíduo da velha ordem que abriga o “irredutível de uma transmissão”, qual seja, a transmissão de “um desejo que não seja anônimo” (p.369).

A exigência de um desejo que não seja anônimo confere à família humana uma característica muito particular que faz com que cada nova criança seja fruto inédito de uma conjunção única entre seu pai e sua mãe. Espera-se da mãe que seus cuidados tragam a marca de um interesse particularizado, isto é, um interesse que traga o signo de seu desejo, por intermédio de suas próprias faltas; do pai espera-se que seu nome seja “o vetor da encarnação da lei no desejo” (p.369), em outras palavras, que sua presença impeça o engolfamento da criança pelo interesse particularizado de sua mãe através da abertura para um desejo mais-além. Ainda nesta *nota*, Lacan destaca o lugar da criança como sintoma do casal parental. O desejo particularizado da mãe configura-se de maneira heterogênea ao desejo do pai, posto que o lugar ocupado pela criança no inconsciente de ambos tem raízes nas vicissitudes da sexuação feminina e masculina.

Advogamos que a função de resíduo da família conjugal destacada por Lacan deriva do fato de que há uma estrutura impossível de eliminar, responsável por dotar a família humana de características que permanecem estáveis a despeito da passagem do tempo e da evolução das sociedades. Por causa do campo da fala e da linguagem, o ser humano está submetido à ordem simbólica que preside o vínculo entre os agrupamentos humanos. Como psicanalistas, somos obrigados a recorrer ao osso estrutural que organiza os laços de parentesco e família, de modo a abordar a descoberta freudiana sem abandonar nossa “vocação de ciência” (Lacan, 1966/1998c). Se a psicanálise se configura como uma *práxis*, o que significa, segundo Lacan, (1964/2008) tratar o real pelo simbólico, repetimos o gesto galileiano ao fazer da linguística nossa matemática.

Parentesco e família na antropologia estrutural e na psicanálise

Devemos a Lévi-Strauss, antropólogo francês de origem belga, o desenvolvimento da Antropologia Estrutural, disciplina que forneceu ferramentas precisas para abordar fenômenos sociais complexos até então pouco elucidados. No primeiro volume de sua *Antropologia Estrutural* (1949/2008), o antropólogo estabelece as bases de sua ciência. Partícipe das ciências sociais, a linguística ocupa, segundo ele, um lugar excepcional. Não é uma ciência social como as outras, mas a única que pode reivindicar o status de ciência em razão de sua capacidade de formular relações necessárias entre os fenômenos sociais observados e a estrutura inconsciente. Segundo sua antropologia, as relações sociais, tais como se apresentam a nós, não são idênticas à estrutura social. São, na verdade “a matéria-prima empregada para a construção de modelos que tornam manifesta a própria estrutura social, que jamais pode, portanto, ser reduzida ao conjunto das relações sociais observáveis em cada sociedade” (1949/2008, pp.301-302 [grifos do autor]).



O uso do estruturalismo como método para abordar os fenômenos sociais não é consenso no âmbito das ciências humanas. Acusam-no com frequência de negligenciar os fatos e determinantes históricos. A relação entre história e antropologia não é, entretanto, excludente. Lévi-Strauss esclarece que ambas partilham do mesmo objeto, que consiste na vida social e o mesmo objetivo que é a compreensão do homem. O ponto nodal de divergência entre elas reside

no fato de que a história organiza seus dados em relação às expressões conscientes, enquanto a antropologia estrutural o faz em relação às condições inconscientes da vida social (Lévi-Strauss, 1949/2008).

Desde a modernidade, segundo o antropólogo, a sociedade não cessa de promover críticas aos costumes, mas o que a antropologia estrutural permite demonstrar é que subjaz, - a despeito da evolução dos costumes - uma estrutura social, responsável por imprimir sua forma aos fenômenos humanos.

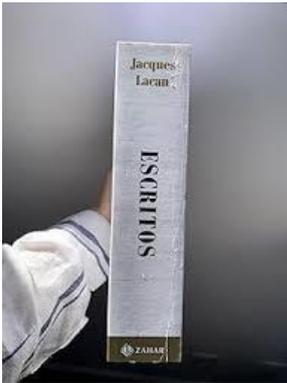
Antropologia e psicanálise partilham do interesse em revelar as causas inconscientes da vida social, que se apresentam regidas por “leis gerais, mas ocultas” (Lévi-Strauss, 2008/1949, p.46). Desde tal perspectiva, não é possível abordar o tema da família em psicanálise sem recorrer às Estruturas Elementares de Parentesco (1949/1982) e sua relação com o complexo de Édipo.

Em “As Estruturas Elementares do Parentesco”, Lévi-Strauss (1949/1982) revela no coração da vida social a proibição do incesto como fundamento que preside todo laço social nos grupos humanos. A consequência lógica da interdição do incesto é a imposição de que o laço sexual se oriente na direção de um parceiro que não seja proibido: a regra da exogamia que deverá determinar através das leis do parentesco uniões proibidas e encorajar as uniões permitidas. A estrutura familiar mais simples, denominada por Lévi-Strauss de “átomo do parentesco”, compreende três tipos de relações: “uma relação de consanguinidade, uma relação de aliança e uma relação de filiação”. O que confere ao parentesco seu caráter inegavelmente social são as relações de aliança estabelecidas por meio das trocas. O principal termo desse vasto sistema de trocas são as mulheres e o casamento é o vínculo de aliança mais importante para manutenção da paz entre os grupos.

As trocas respeitam os termos do parentesco e estes, por sua vez, estão organizados por meio dos marcadores simbólicos da diferença sexual e geracional. A proibição do incesto é, portanto, uma afirmação pelo grupo de que “em matéria de relação entre os sexos não se pode fazer o que se quer (Lévi-Strauss, 1949/1982, p.83, [grifo do autor]).

Os fenômenos do parentesco são, para Lévi-Strauss, do mesmo tipo que os fenômenos linguísticos. As Estruturas Elementares do Parentesco estão para todos, isto é, ninguém ignora que é filho de um pai e uma mãe, que pode ou não ter irmãos, que descende de uma linhagem anterior aos seus pais na figura de seus avós, que pode ter tios ou não, e assim por diante. Ninguém ignora a estrutura da família humana fundada em laços de aliança, filiação e consanguinidade. Os laços de aliança fundam o fato social, mas estão em relação de dependência direta aos laços de filiação e consanguinidades, um não existe sem o outro.

Em “Função e Campo da Fala e da Linguagem” (1953/1998a), Lacan argumenta que a descoberta freudiana se refere ao campo das incidências da ordem simbólica sobre a natureza do homem, de modo que a vida dos grupos naturais é regida pelas regras da aliança, coextensivas às regras da linguagem: “A aliança rege uma ordem preferencial cuja lei, implicando os nomes de parentesco, é para o grupo, como a linguagem, imperativa em suas formas, mas inconsciente em sua estrutura” (p.278, [grifo nosso]).



Os primeiros anos do ensino lacaniano são profundamente marcados pela investigação dos efeitos da estrutura de linguagem sobre a experiência humana, tal como se exprime no axioma de que o inconsciente é estruturado como uma linguagem (Lacan, 2008/1964). Essa estrutura é responsável por dotar as formações inconscientes de uma sobredeterminação que escapa à consciência e faz crer na liberdade de nossas escolhas. Nas sociedades complexas, a constituição subjetiva assume a forma do complexo de Édipo em que é possível recolher que a interdição do incesto “faz-se conhecer suficientemente como idêntica a uma ordem de linguagem” imperativa e inconsciente (Lacan, 1953/1998a, p.279).

Destacamos a dependência dos fenômenos humanos de uma estrutura que imprime sua marca ao inconsciente assim como ao laço social. “Não é patente que um Lévi-Strauss, ao sugerir a implicação das estruturas de linguagem e da parte das leis sociais que rege a aliança e o parentesco, já vai conquistando o terreno mesmo em que Freud assenta o inconsciente?” (Lacan, 1953/1998a, p.286). As regras do parentesco confundem-se com a interdição do incesto e instalam a irreversibilidade das relações familiares e entre os sexos, de modo que todo o sistema será ordenado em torno da hierarquia geracional e da diferença sexual, “pois nenhum poder sem as determinações do parentesco está em condições de instituir a ordem das preferências e tabus que atam e tramam através das gerações, o fio das linhagens” (Lacan, 1953/1998a, p.279). As determinações do parentesco (ancoradas nos laços de filiação, consanguinidade e aliança) visam evitar a maldição a que pode conduzir “a confusão das gerações” e a “filiação falseada”, tal como ilustra Lacan no caso em que

um homem casando-se com a mãe da mulher com quem teve um filho, faz com que este tenha por irmão um filho que será irmão de sua mãe. Mas se, depois disso – e o caso não é inventado –, ele for adotado por um casal compassivo em que um dos cônjuges seja uma filha de um casamento anterior do pai, irá descobrir-se mais uma vez meio-irmão de sua nova mãe, e podemos imaginar os sentimentos complexos com que aguardará o nascimento de uma criança que será, ao mesmo tempo, seu irmão e seu sobrinho, nessa situação repetida (1953/1998a, p.279).

As Causas Inconscientes da Família

Freud (1905) advogou que a consideração pelo Complexo de Édipo é a senha que distingue os adeptos da psicanálise de seus opositores. A despeito das transformações operadas na passagem para a modernidade, ele demonstrou a permanência do complexo paterno como um resíduo. Lacan, por sua vez, formalizou o complexo edipiano por meio do conceito do Nome-do-Pai e da Metáfora Paterna, o que significou elevar o mito freudiano à dignidade de estrutura (Coelho dos Santos & Lopes, 2013). Trata-se de fornecer aos analistas uma ferramenta para articular nossa *práxis* às duas dimensões presentes na experiência humana: a estrutura da linguagem que dá seu estatuto ao inconsciente e as ficções que cada sujeito inventa e das quais dispõe para abordar o real. Há uma relação de necessidade entre estrutura e mito. É o que Lacan sinaliza ao destacar que “mesmo que as lembranças da repressão não fossem verdadeiras, seria preciso inventá-las, e não se deixa de fazê-lo. O mito é isso, a tentativa de dar forma épica ao que opera pela estrutura” (Lacan, 1973/2003, p.531). Miller (2007) acrescenta à formulação lacaniana:

A família é um mito que dá forma épica àquilo que opera a partir da estrutura, e as histórias de família são sempre o conto que diz como o gozo que o sujeito merecia, que

ele tinha direito, lhe foi subtraído. (...) foi assim que pudemos pensar na fórmula de cada sujeito a partir de suas relações de família. Essas fórmulas traduzem, com efeito, o modo pelo qual o gozo foi perdido e como um outro veio substituí-lo (p.83).

O mito edípiano abriga as Estruturas Elementares do Parentesco, que são as bases de todas as civilizações (Coelho dos Santos, et. al., 2021). O complexo de castração transmite aos meninos e às meninas a lei primordial da interdição do incesto e fornece o encaminhamento para os laços de aliança, isto é, novas parcerias libidinais. O complexo de castração encaminha meninos e meninas por meio dos operadores da diferença sexual anatômica e da interdição dos laços intergeracionais. Para Freud (1925), a descoberta da diferença anatômica entre os sexos é plena de consequências. Para o psicanalista, nenhuma criança que tenha alcançado o domínio da palavra pode ignorar os temas relativos à sexualidade, cujo enigma mais pregnante diz respeito às origens e se traduz na pergunta “de onde vêm os bebês?” (Freud, 1908)

Tal como tudo o que floresce no campo da fala e da linguagem, a diferença anatômica toma seu lugar e adquire seu valor dentro de um sistema de relações. O complexo de castração atinge sua efetividade num momento preciso. As etapas precedentes do desenvolvimento infantil preparam o terreno para a perda de objetos pulsionais, tal como se dá no desmame e no processo de educação esfínteriana. Freud (1924/2011a) destaca que essas experiências preparam para o complexo de castração que só assume seu verdadeiro lugar na constituição subjetiva ao ser simbolizado pela interpretação da falta ligada à perda dos genitais.

Para os meninos, que a essa altura não apenas adquiriram o domínio da fala, mas também descobriram o prazer erógeno do órgão, a descoberta de que existe uma classe de seres humanos desprovidos do mesmo se impõe como uma ameaça. Lacan assinala que a ameaça em questão não provém de uma coerção externa, mas deriva do retorno sobre o eu da agressividade que lhe é própria, segundo a gramática pulsional freudiana. O pai comparece na fantasia infantil como agente da castração e “o medo experimentado diante do pai é nitidamente centrífugo, quer dizer, tem seu centro no sujeito” (Lacan, 1957-1958/1999, p.175). A ameaça de castração não é, portanto, um produto cultural, mas uma necessidade de sentido oriunda do encontro do corpo com o significante, ela dá sentido ao sem-sentido da diferença sexual. Tal como lembramos há pouco, se as ameaças não existissem teríamos de inventá-las.

Frente à ameaça de castração, o menino tende a se afastar dos pais, promove a dessexualização dessas relações e dá origem ao superego como herdeiro do complexo de Édipo (Freud, 1925/2011b). Será por meio da identificação paterna que o menino poderá sair do Édipo, apoiado nas insígnias sobre as quais poderá um dia “ser como o pai”. Isto se dá por meio de uma torção onde o pai passa de privador a doador no terceiro tempo edípico:

Não estou dizendo que desde logo e imediatamente ele seja um pequeno macho, mas ele pode torna-se alguém, já está com seus títulos de propriedade no bolso, com a coisa guardada, e, quando chegar o momento, se tudo correr bem, se o gato não comê-lo, no momento da puberdade, ele terá seu pênis prontinho, junto com seu certificado – Aí está papai que no momento certo o conferiu a mim” (Lacan, 1957-1958/1999, p. 176 [grifo do autor]).

A assunção da posição viril e o usufruto do órgão dependerão, portanto, da presença do pai no complexo como potente, como doador, ou seja, como aquele que tem e pode dar, ainda que a título de nota promissória. A potência do pai tem o mérito de indicar que o que falta à mãe, não é a criança quem pode dar, protegendo-a de ficar toda a serviço do fantasma materno. A potência do pai não é o patriarcado que a confere ao portador do falo, mas o vínculo sexual do homem com a mulher com quem teve filhos, nas palavras de Lacan “um pai só tem direito

ao respeito, senão ao amor, se o dito amor, o dito respeito, estiver (...) *père* (pai)- versamente orientado, quer dizer, feito de uma mulher objeto pequeno *a* que causa seu desejo” (1974-1975).

Coelho dos Santos e Lopes (2017) reforçam que o cuidado e a responsabilidade paterna dependem do laço libidinal do homem com a mulher em questão, por isso é tão difícil responsabilizar certos homens em relação às obrigações paternas quando estes não têm mais qualquer relação libidinal com a mãe da criança.

No caso das meninas, a interpretação da diferença sexual incide como dano narcísico consumado e engendra sentimentos de revolta e inferioridade. Sua percepção é muito mais realista que a do menino, ela viu, sabe que não tem e quer tê-lo (Freud, 1925/2011b). Caem vítimas da inveja do pênis e por meio do ressentimento afastam-se de suas mães. O pai é igualmente investido da função de agente da castração, o que acaba por dirigir a reivindicação fálica em sua direção, uma vez que este deu provas de ser o portador do pênis real, ou seja, aquele capaz de dar filhos à mãe. É por meio da equivalência simbólica pênis-bebê que as meninas entram no Édipo (Freud, 1925/2011b). “Os dois desejos, de ter um pênis e um filho, permanecem fortemente investidos no inconsciente, e ajudam o ser feminino para o seu futuro papel sexual” (Freud, 1924/2011a, p.213).

O *Penis-neid* – a inveja do pênis – é um elemento inconsciente sempre presente na relação da mãe com a criança, “este radical, constante, independente das contingências da história. (...) a mãe conserva o *Penis-neid*. A criança o preenche ou não o preenche, mas a questão se coloca” (Lacan, 1956-1957/1995, p.229). A inveja do pênis é o lastro inconsciente do desejo não-anônimo da mãe, é por meio de seu complexo de castração que ela toma ou não toma a criança como equivalente fálico e tem para com ela cuidados particularizados. “A diferença sexual é uma estrutura inconsciente e não uma imposição, uma invenção, uma norma social ou cultural, donde a diferença sexual não pode ser abolida, o que restringe a pretensão de igualdade entre os sexos” (Coelho dos Santos, 2001, p.107)).

Tanto a ameaça de castração quanto o *Penis-neid* constituem a mola propulsora da separação de meninos e meninas de suas mães. Freud e Lacan sempre assinalaram que o complexo de castração adquire toda sua envergadura na constituição subjetiva porque compromete, antes de tudo, a mãe. Isso nos permite afirmar, que a diferença sexual participa ativamente da operação metafórica de substituição do regime incestuoso pelo regime exogâmico da sexualidade, revelando que há um substrato real da metáfora paterna que se ancora na diferença dos corpos.

Que é o pai? “O pai é uma metáfora” (1957-1958/1999, p.180). Isto é, é uma operação simbólica de substituição de um significante por outro significante, cujo resultado é um ganho de significação, chamada significação fálica. Esta, por sua vez, confere ao complexo de castração suas consequências no plano da sexualidade e da família. Para Lacan (1958/1998b), o complexo de castração tem função de nó que viabiliza

a instalação, no sujeito, de uma posição inconsciente sem a qual ele não poderia identificar-se com o tipo ideal de seu sexo, nem tampouco responder, sem graves incidentes, às necessidades de seu parceiro na relação sexual, ou até mesmo acolher com justeza as da criança daí procriada (p.692).

A operatividade da metáfora paterna depende da força da intervenção, isto é, da força libidinal da promessa paterna que assinala um campo inédito de parcerias libidinais engendradas através do recalque da satisfação autoerótica e da sublimação da pulsão. A metáfora paterna é o fato de que o pai se faça preferir à mãe (Lacan, 1957-1958/1999) e que essa substituição se traduza como promessa de dias melhores.

O Nome-do-Pai é para cada um a versão paterna com a qual o sujeito conta e que está longe de ter que ser uma versão exemplar ou modelo, basta que seja *um pai* (Lacan, 1974-1975)

e que sua presença funcione como ponto de balança entre o regime de satisfação primário e o ingresso no regime de satisfação pós-edípico. Ao interditar a satisfação incestuosa pela presença de seu desejo, o pai empurra para novas alianças libidinais com a vida. O amor ao pai conduz a identificação ao Ideal do Eu: “eleger o ideal simbólico do seu sexo, identificar-se com ele permite escolher um objeto sexual não incestuoso e dar um destino simbólico à diferença sexual anatômica” (Coelho dos Santos, et. al., 2021, p.310).

A família igualitária: do ideal democrático ao fracasso da autonomia

Os movimentos sociais emancipatórios não cessam de incrementar o ideário democrático com reivindicações radicais de liberdade e igualdade. A versão mais atual e poderosa da tendência ao sujeito igualitário e sem qualidades emana de um discurso que teve a astúcia de unir as aspirações feministas, conceitos extraídos da psicanálise e do estruturalismo francês com o osso do pensamento americano, behaviorista e pragmático. Essa façanha foi realizada por Judith Butler, filósofa norte-americana que se tornou rainha nos assuntos de gênero desde a década de 90 com a publicação de “Problemas de Gênero” (1990). Sua teoria ganhou vida própria ao ser incorporada por diferentes segmentos teóricos e sociais, de modo que não é facilmente discernível o que se deve à autora e o que foram seus efeitos não previstos na cena social. Revela-se na contemporaneidade uma tendência a radicalizar a promoção de indivíduos livres e iguais através do despojamento de toda e qualquer determinação simbólica, suspeita de ser autoritária e opressora. No que se refere à sexualidade, tema caro aos psicanalistas, o gênero vem-se impondo como novo paradigma: mais que moderno, pós-moderno.

O paradigma pós-moderno advoga a tese de que a sexualidade nasce e permanece diversa e sem lei. Muitos filósofos pós-modernos rejeitam que o primado da diferença anatômica entre os sexos, da fantasia infantil da castração e da ficção que atribui ao pai a interdição do incesto fundem o desejo inconsciente graças ao recalque da sexualidade autoerótica. A teoria freudiana da relação entre o nascimento da sexualidade genital, a função do pai, a fantasia de castração e a interdição do incesto é considerada uma construção cultural, historicamente datada. O erro de Freud teria sido generalizar uma construção cuja validade deveria ficar restrita às sociedades patriarcais submetidas a uma moralidade repressiva. Os defensores do paradigma pós-moderno entendem que é preciso desconstruir essa tradição moralista e repressiva para acolher a multiplicidade das expressões da sexualidade. Este discurso tem origem numa posição filosófica, ideológica e política. Não tem raízes, como a psicanálise tem, na experiência clínica com os efeitos do inconsciente, do desejo e do discurso do Outro sobre o corpo pulsional (Coelho dos Santos, et. al. 2021, p. 309-310).

É espantoso ver que a “teoria” do gênero avança sobre a teoria e a prática psicanalítica. Embalados pelo projeto igualitário, psicanalistas lançam mão de uma teoria que rejeita toda e qualquer determinação inconsciente da sexualidade, visto que padece de um “sociologismo inflexível” (Marty, 2021), quer dizer, atribui os motivos do mal-estar na civilização exclusivamente às causas sociais. Reduz o recalque à coerção externa e desmente que o desamparo seja a causa das ficções inconscientes. Nada disso está em consideração para a teoria do gênero, não há qualquer menção ao amor, à família, ao desejo sexual. O paradigma pós-moderno é sem inconsciente porque só assim é possível almejar o sujeito puro da ciência e da ficção democrática.

Na década de 80, Figueira (1986) já demonstrava que a angústia de viver num mundo habitado por duas ordens ideais – tradicional e igualitária – conduzia à busca por psicanalistas.

Hoje não é diferente, as famílias estão profundamente angustiadas. Bombardeada pela cascata de enunciados politicamente corretos, a família perde pouco a pouco sua função de aparelhamento da sexualidade por meio do significante dissimétrico do Nome-do-Pai. Emanada da cena social o imperativo de fazer da família uma democracia, onde adultos e crianças tenham direito igualitário de decidir e onde todo ser humano seja tratado como livre e igual. No que tange ao “irreduzível de uma transmissão”, os enunciados politicamente corretos desmentem cada vez mais os efeitos inconscientes na esfera da família humana. Dissimulam o laço indissociável entre parentalidade e sexualidade, rejeitam que os papéis parentais tenham correlação com a diferença sexual, desmentem o valor do casal como condição de origem das crianças e reduzem o exercício parental a meros papéis sociais intercambiáveis, sem lastro no desejo inconsciente. Trata-se da verdadeira rejeição das credenciais inconscientes das funções parentais em privilégio do exercício comportamental.

A clínica psicanalítica contemporânea dá provas dos impasses subjetivos e dos danos à autonomia individual promovidos pelo desmentido do real que acompanha a pretensão igualitárias das famílias. A clínica com crianças demonstra que seus sintomas representam o sintoma do casal parental.

Na clínica com famílias adotivas, por exemplo, Coelho dos Santos e Lopes (2017) abordam a presença frequente de um estranhamento por parte das crianças adotadas e de suas mães, muitas vezes ancorado na falta de semelhança física, na cor da pele, na textura do cabelo. É angustiante para ambas a falta do traço natural que dê peso ao laço de filiação, além do fato de que com frequência o processo de adoção é acompanhado pela impossibilidade de gerar filhos naturais, o que exige da mãe em questão uma subjetivação dessa perda. Além disso,

A famosa, bem-intencionada e politicamente correta explicação da adoção como filiação proveniente do coração é outro problema encontrado com frequência. Ela nega o nascimento como fruto da sexualidade dos pais, como se pudéssemos ser filhos de um amor romântico e não do desejo sexual (Lopes & Coelho dos Santos, 2017, p. 69).

Essas famílias apresentam-se acossadas por um real, sem que alguém possa interpretar corretamente o sofrimento em questão. As intervenções de um analista devem sinalizar a presença real daquilo que a ideologia igualitária almeja erradicar. O fato incontornável de que uma criança adotada não é filha natural de seus pais deve ser inserido na configuração do caso e jamais ser desmentido com enunciados que equalizam todas as famílias. Não é tudo igual! O analista reintroduz o real para tratá-lo como convém. Muitas vezes é preciso dizer claramente: “padrasto não é pai”, “meio irmão não é irmão”, “mãe adotiva não é mãe biológica”, e assim sucessivamente. Que um casal recorra à adoção de uma criança por seu desejo legítimo de ter um filho não retira a verdade inconveniente de que essa criança não foi engendrada naturalmente pela sua família adotiva, o que implica, por parte do psicanalista e das famílias, um trabalho que considere a presença virtual dos pais biológicos, pois a clínica dá provas de que eles jamais desaparecem da fantasia das crianças.

A advertência vale igualmente para crianças engendradas por meio de reprodução assistida quando um dos genitores é desconhecido. A ordem simbólica faz com que a ausência de alguém na família não elimine sua presença virtual e é preciso estar preparado para que uma criança pergunte “onde está meu pai?”, “quem é minha mãe?” Quando se trata do real, não é possível simplesmente substituir um termo pelo outro. “Substituição, isso é fácil de dizer, mas tentem substituir por uma pedra um pedaço de pão quando o enfiarem na tromba do elefante, ele não vai aceitar isso tão facilmente quanto possam crer” (Lacan, 1956-1957/1995, p.248).

A título de ilustração, apresentamos uma cena breve observada entre duas crianças de 5 anos: uma delas é “filha de duas mães”. Numa festa infantil, um colega pergunta “onde está seu pai?” e recebe a resposta “eu não tenho pai”. Então pergunta: “Separou?”. Diante da mesma

resposta “eu não tenho pai!”, pergunta: “morreu?”. Ninguém explicou a essa criança que ela é fruto de uma reprodução assistida e que tem um pai que lhe é desconhecido. Claramente temos dois representantes mirins da tensão em questão no laço social apresentada até aqui.

Dificuldades semelhantes se apresentam no caso dos filhos cujos pais se separam muito precocemente (Lopes, 2012). Se a criança se constitui como sintoma do casal parental, quando o casal se desfaz cedo demais a própria constituição infantil sofre um abalo e a criança cai de seu lugar de suplência à relação sexual que não existe na estrutura desejante dos pais. Os efeitos desse momento dramático podem ser devastadores para a autoestima e autonomia subjetiva. A ideologia igualitária tende a tomar a constituição subjetiva como mero processo de aprendizagem, rejeitando que ela está ancorada na sexualidade inconsciente dos pais, que tem o mérito de emprestar peso libidinal ao exercício de suas funções. A defesa por parte de certos psicanalistas de que toda família é igual e de que qualquer um está apto ao exercício da função parental incorre no desmentido da ancoragem real do desejo dos pais nos destinos da sexuação masculina e feminina. O psicanalista tem o dever de reintroduzir o real excluído pelos discursos igualitários, repetindo o gesto freudiano.

Não é preciso ser psicanalista para recolher impasses oriundos da adoção da ideologia igualitária para certas famílias. Garcia (2003) realizou uma pesquisa antropológica com famílias de classe média do Rio de Janeiro identificadas à ideologia igualitária. A característica geral dos pais é que eram jovens na década de 60 identificados ao ideário revolucionário. Isso se traduziu no projeto de educação bastante livre, onde os filhos eram estimulados a tomar suas próprias decisões, tinham poucas obrigações, a maioria dispunha do uso do quarto para ter relações sexuais com namorados e não houve qualquer tipo de pressão familiar na direção de crenças religiosas ou escolha profissional.

O resultado de tamanha liberdade foi que, em alguns casos, as famílias foram obrigadas a custear abortos clandestinos em virtude das gravidezes precoces ou acabaram por custear a vida do jovem casal revelando que os jovens ainda não dispunham da maturidade necessária para desfrutar da liberdade ofertada. No que diz respeito à vida profissional, os dados são alarmantes. De dez famílias pesquisadas, em oito havia desempregados crônicos entre os filhos. Além disso, contabilizando todos os filhos adultos das dez famílias (um total de 42 indivíduos) nenhum deles ascendeu socialmente quando comparado aos pais. Mesmo um indivíduo que se tinha formado médico, gastava mais tempo envolvido em pautas sociais do que em ganhar dinheiro (Garcia, 2003). Alguns reconhecem que a educação igualitária não forneceu ferramentas necessárias para a vida adulta em virtude do pouco estímulo à ambição ou à competitividade necessárias ao sucesso profissional no regime capitalista.

Embora o objetivo da investigação de Garcia (2003) fosse promover o valor da ideologia igualitária no interior das famílias, acabou revelando que, com relação à autonomia e aparelhamento subjetivo para ganhar a vida, essa ideologia fracassou quase completamente. Aos psicanalistas, advertimos que a ideologia prevalente nas famílias é uma importante chave clínica para abordar os impasses relativos à sexualidade, ao exercício das funções parentais e ingresso no mercado de trabalho.

Nem revolucionária nem conservadora, a psicanálise é antes uma práxis comprometida com o tratamento do mal-estar na civilização, cuja causa não pode ser reduzida à causa social porque remetida aos efeitos do encontro do corpo vivo com o campo da fala e da linguagem. Nossa abordagem trata das causas inconscientes e não das causas sociais. A maioria dos psicanalistas não parece distinguir as duas concepções.

Ao abordar as novas configurações do laço social, cabe à psicanálise “desnudar a estrutura que correlaciona o relativismo politicamente correto contemporâneo a uma série de desmentidos e revelar as consequências disso sobre a subjetividade e o laço social” (Lopes & Coelho dos Santos, 2017, p. 70).

Do ponto de vista psicanalítico, uma família não é uma democracia. A família tem suas bases na dissimetria entre adultos e crianças e ancora-se nas vicissitudes da sexualidade feminina e masculina, tal como demonstraram Freud e Lacan. A causa da família é sexual e os papéis sociais dependem do Édipo e da castração (Lopes & Coelho dos Santos, 2017). Se, entretanto, uma família não é uma democracia, por outro lado, acreditamos que a família contém a condição essencial para todo pacto democrático. A família prepara para a democracia uma vez que sua tarefa consiste em fazer advir um sujeito aderido ao pacto social de direitos e deveres, quer dizer, fazer advir na cena pública um cidadão. A sobrevivência de um regime democrático depende, paradoxalmente de que uma sociedade seja capaz de lhe impor um limite, preservando o espaço da família como aquele em que a velha ordem resiste. Não é um mero paradoxo, o fato de que a virtude democrática dependa da submissão para florescer. Essa é a essência do modo como concebemos o sujeito, o ser falante, o corpo falante na experiência analítica.

Referências

- Bobbio, N. (2004). *A Era dos Direitos (7ª Ed.)*. Rio de Janeiro: Elsevier Editora.
- Borges, F. S. & Coelho dos Santos, T. (2021). A razão moderna e a pós-modernidade: aliança, sexualidade e diversidade sexual. *Asephallus*, 16 (32), 38-63. Acesso em 23 fev. 2022, de <http://www.isepol.com/asephallus/pdf/04%20-%20Fernanda%20Borges%20e%20Tania%20Coelho%20dos%20Santos.pdf>
- Butler, J. (2020). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade (20ª ed.)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Coelho dos Santos, T. (1986). De dona Letícia a Carmem da Silva: as revistas femininas e a modificação do comportamento da mulher. In: In: Figueira, S. A. (Org.). *Uma nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Coelho dos Santos, T. (2001). *Quem precisa de análise hoje? O discurso analítico: novos sintomas e novos laços sociais*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Coelho dos Santos, T. (2006). *Sinthoma: corpo e laço social, transcrição do seminário ministrado por Tania Coelho dos Santos no PPGTP/IP/UFRJ e na Seção Rio da Escola Brasileira de Psicanálise, no primeiro semestre de 2005*. Rio de Janeiro: Ed. Sephora/UFRJ. Acesso em 25 jun. 2023, de http://www.isepol.com/down_pos/sinthomacorporoelacosocial.pdf
- Coelho dos Santos, T. (2008). A política do psicanalista: o saber da psicanálise entre ciência e religião. *Psicologia em Revista*, 14(1), 63-82. Acesso em 05 ago. 2023 de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v14n1/v14n1a05.pdf>
- Coelho dos Santos, T. (2017). A psicanálise é politicamente revolucionária ou conservadora? *Revista aSHEPallus de orientação Lacaniana*, 12(23), 4-22. Acesso em 05 ago. 2023 de http://www.isepol.com/asephallus/numero_23/pdf/2-a_psicanalise_e_politicamente_revolucionaria_ou_conservadora.pdf
- Coelho dos Santos, T. (2019). O que é e onde começa a pós-modernidade? In: Coelho dos Santos, T., Santiago, A. L., Oliveira, F.L.G. (Orgs.). *Reconfigurações do Imaginário no Século XXI*. Curitiba: CRV.

Coelho dos Santos, T., Coelho dos Santos, C., Oliveira, F.L.G. (2021). Diferença e diversidade sexual na psicanálise, nos costumes e no direito. *Rev. Latinoam. Psicopat. Fund., São Paulo*, 24(2), 308-332. Acesso em 05 ago. 2023, de <https://doi.org/10.1590/1415-4714.2021v24n2p308.5>

Coelho dos Santos, T. (2021). A historiografia francesa a serviço da desconstrução metódica da psicossociologia de Judith Butler. *Rev. Latinoam. Psicopat. Fund., São Paulo*, 24(3), 751-755. Acesso em 31 maio 2022, de <https://www.scielo.br/j/rlpf/a/SDgV8gSPLThwP89nN4jyvvN/?format=pdf&lang=pt>

Coelho dos Santos, T., Lopes, R.G. (2013). *Psicanálise, ciência e discurso (1ª Ed.)*. Rio de Janeiro: Cia. De Freud.

Ferreira, M. R.; Alberti, S. (2013). Psicanálise e Ciência: A Emergência de um Sujeito sem Qualidades. *Psicanálise & Barroco em Revista*, 11(2), 210-224. Acesso em 05 ago. 2023 de <http://seer.unirio.br/psicanalise-barroco/article/view/8660> DOI: 10.9789/1679-9887.2013.v11i2.%p.

Freud (2011a). A dissolução do complexo de Édipo. In: P. C. de Souza (trad.) , *Obras Completas* (Vol.16, pp. 203-213). São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1924).

Freud (2011b). Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos. In: P. C. de Souza (trad.), *Obras Completas* (Vol.16, pp. 283-299). São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1925)

Freud (2016). Três Ensaio Sobre a Teoria da Sexualidade. *Obras completas, vol.6: Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria (Caso Dora) e outros textos (1901-1905)*. São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1905).

Figueira, S. A. (1986). O “moderno” e o “arcaico” na nova família brasileira: notas sobre a dimensão invisível da mudança social. In: Figueira, S. A. (Org.). *Uma nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Garcia, C. G. (2003). Família Igualitária: A democracia no âmbito público e no privado. [dissertação de mestrado não publicada]. Universidade Federal de Pernambuco. Repositório digital da UFP <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/654>

Gault, J.L. (2015). O nascimento da ciência moderna. Uma leitura de "A ciência e a verdade". *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 67(2), 156-161. Acesso em 05 ago. 2023 de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arb/v67n2/12.pdf>

Koyré A. (1991). *Estudos de História do pensamento científico (1ª Ed.)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Lacan, J. (1995). *O Seminário, livro 4: A relação de objeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1956-1957).

Lacan, J. (1998a). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In J. Lacan, *Escritos* (pp. 238-324). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1953).

Lacan, J. (1998b). A significação do falo. In: J. Lacan, *Escritos* (pp.692-703). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1958).

Trivium: Estudos Interdisciplinares, Ano XVI, no.1. p. 38-53.

Lacan, J. (1998c). A ciência e a verdade. In: J. Lacan, *Escritos* (pp.869-892). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1965-1966).

Lacan, J. (2003). Nota sobre a criança. In: Lacan. *Outros Escritos* (pp. 369-370). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1969).

Lacan, J. (1999). *O Seminário, livro 5: As formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1957-1958).

Lacan, J. (2008). *O Seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1964).

Lacan, J. (1974-1975). *O seminário, livro 22: R.S.I.* Inédito.

Lévi-Strauss, C. (1982). *As Estruturas Elementares do Parentesco*. Petrópolis: Vozes. (Trabalho original publicado em 1949).

Lévi-Strauss, C. (1983). A Família. In C. Carvalho (Trad.). *O olhar distanciado*. São Paulo: Edições 70. (Trabalho original publicado em 1956).

Lévi-Strauss, C. (2008). *Antropologia Estrutural*. São Paulo: Cosac Naify. (Trabalho original publicado em 1949).

Lopes, R.G., Coelho dos Santos, T. (2017). Somos todos adotados? Parentalidade, família e filiação. *Cadernos de Psicanálise-SPCRJ*, 33 (01), 63-71. Acesso em 19 fev. 2021, de https://spcrj.org.br/ojs/index.php/cad_psi_spcrj/article/view/22/33.

Marty, E. (2021). Entrevista sobre Le sexe des modernes. [entrevista concedida a Jacques Allain-Miller]. *Revista Eletrônica da Escola Brasileira de Psicanálise*. Acesso em 06 jun. 2022, de https://www.ebp.org.br/correio_express/2021/04/14/entrevista-sobre-le-sexe-des-modernes/

Miller, J-A. (2007). Assuntos de família no inconsciente. *Revista aSHEPallus de Orientação Lacaniana*, 2(4), 80-84. Acesso em 05 ago. 2023 de http://www.isepol.com/asephallus/numero_04/asephallus04.pdf

ONU (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Acesso em 05 ago. 2023 de <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>

Salem, T. (1986). Família em camadas médias: uma perspectiva antropológica. *BIB - Revista Brasileira De Informação Bibliográfica Em Ciências Sociais*, (21), 25–39. Acesso em 05 ago. 2023, de <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/70>

Citação/Citation: Borges, F. S.; Santos, T. C. (2024). *Laços de família: entre hierarquia e democracia*. *Trivium: Estudos Interdisciplinares* (Ano XVI, no. 1.), pp. 38-53.

Recebido em: 15/11/2023
Aprovado em: 20/02/2024